

(cet./)

Senhor Procurador-Geral de Justiça

Cumprimentando-o, cabe-me prestar informações sobre as principais atividades desenvolvidas, referentes ao ano de 2016, pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção à Saúde Pública¹, por seu coordenador e pelas Promotoras de Justiça designadas.

Expõe-se **o que de mais referencial** há a considerar no mencionado período, ou seja, não pretende espelhar o total das iniciativas e intervenções havidas, que poderá não expressar conteúdo inovador ou de contexto mais significativo.

Inicia-se por observar que o CAO ativou diversas práticas institucionais em conjunto com a Promotoria de Justiça de Proteção à Saúde Pública de Curitiba e, em determinadas situações, com o concurso de outras unidades do Ministério Público. Algumas dessas incursões, que apresentaram maior relevância, podem ser listadas²:

**Excelentíssimo Senhor
Doutor Ivonei Sfoggia
DD. Procurador-Geral de Justiça do Paraná
Nesta Capital**

¹ Art. 75, X, da Lei Complementar Estadual n.º 85 de 27/XII/1999.

² Quando as situações e os levantamentos preliminares revelaram hipóteses de atuação de órgãos de execução, os dados foram remetidos a seus destinatários com as orientações pertinentes.

-continuidade da execução do “projeto MP em defesa da melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica em saúde”, do CNMP, visando a contribuir para o aperfeiçoamento funcional e fomentar a atuação do MPPR na fiscalização das políticas públicas de atenção básica, tendo como principal instrumento o Programa de Melhoria de Acesso e da Qualidade da Atenção Básica do Ministério da Saúde;

-participação nos trabalhos junto à direção da Escola Nacional de Saúde Pública da FIOCRUZ, na coordenação e conclusão do curso de aperfeiçoamento funcional em direito sanitário para membros do Ministério Público brasileiro, realizado no Rio de Janeiro;

-elaboração do Programa 10 Cidades (PC-10), que tem o objetivo de descentralizar as intervenções do CAO Saúde no Estado, fortalecendo ações ministeriais de execução nos 10 municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no Paraná.

-execução de projeto para a detecção da realidade sanitária e principais deficiências nas ações de saúde em atenção primária nos municípios do Estado, ensejando a adoção de diligências ministeriais para provocar correção dos problemas e falhas existentes;

-intervenção, mediante instauração de Procedimento Administrativo para subsidiar a atuação de órgãos de execução do Ministério Público do interior do Estado sobre incidência e controle e projetos de combate às doenças negligenciadas em municípios e regiões do Paraná;

-participação no projeto estratégico SEMEAR – de Enfrentamento ao Álcool, Crack e Outras Drogas notadamente quanto às diretrizes institucionais que resultem em políticas públicas de prevenção e atendimento aos usuários e dependentes de substâncias psicoativas;

-efetivação das ações de desenvolvimento e coleta de dados dos indicadores propostos inerentes ao Projeto Gestão Estratégica do Ministério Público do Paraná – GEMPAR/2018;

-instauração de Procedimento Administrativo, para subsidiar a atuação de órgãos de execução do Ministério Público do interior do Estado, no acompanhamento de ações e serviços de saúde relacionados ao combate à dengue no território do Estado. Nesse contexto, acompanha-se o cumprimento da Resolução SESA/PR nº 29/11 (Norma Técnica de prevenção à proliferação do mosquito aedes aegypti no Estado, e participa-se efetivamente de todas as reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê Gestor Intersetorial Estadual de Combate à Dengue, com acompanhamento e suporte às Promotorias do interior;

-implantação, divulgação e operacionalização, mediante comparecimento nas localidades de referência, do funcionamento do “Sistema Protege – Proteção à Pessoa Acometida de Transtorno Mental para Registro das Internações Psiquiátricas Involuntárias”, instalado em todas as unidades do Ministério Público onde ocorre tal atribuição;

-levantamento, junto setor médico do CAOP, das demandas que versam sobre o fornecimento de enoxaparina (Clexane R) e outras heparinas de baixo peso molecular (HBPM) a gestantes do Estado, com elaboração de referência técnica geral para orientação dos Colegas em face desses casos;

-acompanhamento, por meio de procedimento administrativo acerca da existência de Comissão de Controle de Infecção Hospitalar e seu programa de atuação em todos os estabelecimentos de saúde pertinentes;

-acompanhamento, por meio de procedimento administrativo acerca do atendimento em saúde mental da faixa etária infanto-juvenil, em âmbito estadual;

-intervenção, mediante instauração de Procedimento Administrativo para a verificação quanto a efetiva implantação do Exame de Emissões Otoacústicas Evocada -Teste de Orelhinha e Olhinho no Município de Curitiba e no Estado do Paraná;

-acompanhamento de ações e serviços de saúde relacionados ao cumprimento da Lei nº 12.845/13, que dispõe sobre o

atendimento obrigatório e integral a pessoas em situação de violência sexual no Paraná;

-encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde de Curitiba de proposta de redação de cartaz, a ser divulgado nas UBS e em outros pontos da rede da capital, acerca do funcionamento desse órgão de controle, reforçando o processo de identificação dos Conselhos Locais, Distritais e Municipal com a comunidade e com os usuários;

-interação com a Secretaria de Estado da Saúde e a Polícia Militar no sentido de qualificar, através de protocolo, o atendimento de urgências e emergências psiquiátricas, em especial nos casos de pacientes em situação de surto, ideação suicida e outras situações capazes de gerar risco a terceiros.

-monitoramento da efetivação da implementação da Comissão Revisora de Internações Psiquiátricas Involuntárias, em âmbito estadual, conforme determina a legislação em vigor;

-manutenção, reorganização e acréscimos contínuos no Banco de Idéias do CAO, cujo acervo, atualmente, dispõe de **1291** ocorrências, dispostas em **90** assuntos, ofertando material produzido pelo MP PR e por outros Ministérios Públicos;

-atualização de doutrina, legislação, jurisprudência, pareceres e “referências práticas de atuação funcional”, sendo o maior repositório do Ministério Público desta natureza no país, publicado na internet;

-ampliação, na página do Centro de Apoio, de canal de consulta, com a criação do ícone “pronunciamentos”, reunindo o material produzido em procedimentos de cunho administrativos e consultivo. Na atualidade, já disponibiliza, em nível referencial, desde logo, a quantidade de **187** documentos;

-atendimento de **1552** consultas formuladas a este Centro de Apoio por *e-mail*, *hangouts* e pessoalmente, buscando ofertar da melhor forma

possível subsídios teóricos e/ou operacionais aos Promotores (as) de Justiça, aí incluído o envio de peças, legislação e/ou pareceres, quando solicitados, aparelhando-os (as) de modo a exercerem suas funções voltadas para a consolidação dos princípios que regem a política pública de saúde.

-continuidade do canal de informação denominado “Para seu Conhecimento”, em que se encaminham as mais recentes pesquisas de legislação, atos administrativos e demais subsídios da área sanitária considerados essenciais para o exercício de funções nas Promotorias de saúde pública.

-remessa do informativo virtual do CAO, Correio da Saúde, que atingiu a veiculação de **43** edições em 2016, com aproximadamente **64** matérias. O material é enviado a Colegas do Paraná e de outros Estados e aos conselhos de saúde do Paraná. O periódico conta, atualmente, com **943** edições desde sua criação.

No ano de 2016, foram instaurados **625** procedimentos administrativos nesta unidade, nos quais se realizou análise técnica das questões sanitárias apresentadas pelos Colegas. Dentre tais, destacamos as seguintes:

-intervenção, mediante instauração de Procedimento Administrativo, para subsidiar a atuação de órgão de execução ministerial no que se refere a providências a serem adotadas ante a reiterada negativa, pelo Conselho Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu, quanto à implementação de PPP para reestruturação de gestão na saúde do município.

-intervenção, mediante instauração de Procedimento Administrativo para subsidiar a atuação ministerial da Comarca de União da Vitória, sobre venda ilegal de medicamentos efetuada por Associação Hospitalar Beneficente, emitindo orientações acerca das diligências.

-intervenção, mediante instauração de Procedimento Administrativo, para subsidiar a atuação ministerial acerca do cumprimento da RDC 07/2010 para apurar eventuais irregularidades junto ao Hospital Infantil Waldemar Monastier.

-intervenção, mediante instauração de Procedimento Administrativo para subsidiar a atuação ministerial quanto às eventuais providências cabíveis diante de informações da 11ª Regional de Saúde de Campo Mourão e da SMS de Moreira Sales, dando conta da falta de vacinas e do atendimento irregular da demanda pelo Ministério da Saúde, desde anos anteriores.

-intervenção, mediante instauração de Procedimento Administrativo, para subsidiar a atuação ministerial sobre a regularidade do serviço de inspeção municipal dos produtos de origem animal de Campo Largo

-intervenção, mediante instauração de Procedimento Administrativo para subsidiar a atuação ministerial em relação à ordem de marcação de consultas e exames a ser adotado pela Central de Regulação de Exames e Consultas Especializadas do município de Araucária.

-intervenção, mediante instauração de Procedimento Administrativo para subsidiar atuação ministerial quanto relativamente às possíveis causas de aumento da mortalidade infantil no município de Toledo e providências a serem adotadas.

-intervenção, mediante instauração de Procedimento Administrativo para subsidiar a atuação ministerial, acerca do atendimento prestado no atendimento de urgência e emergência psiquiátrica no Município de Campo Largo.

O Centro de Apoio, por meio de sua coordenação, permaneceu na condição de integrante do Comitê Executivo do Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência à Saúde no Paraná, criado em abril de 2011 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cujas manifestações estão voltadas para a redução da quantidade de demandas judiciais ligadas à saúde. O trabalho envolveu reuniões mensais, bem como deslocamentos ao interior para debate com a comunidade jurídica.

Foram realizados **331** atendimentos telefônicos de Colegas

durante o ano: **195** pelo Procurador de Justiça, **79** pela Promotora de Justiça Andreia Cristina Bagatin e **57** pela Promotora de Justiça Michelle Ribeiro Morrone. Registraram-se **779** atendimentos (consultas de membros, servidores e usuários) e oitavas presenciais de usuários SUS pelo corpo de assessores jurídicos lotados neste CAO, no ano em exame.

O setor médico do Centro de Apoio produziu cerca de **670** pareceres técnicos durante o período, além de atendimentos via telefone e por e-mail aos Promotores de Justiça do interior e diretamente aos da capital.

No cenário geral, foram expedidos **1025** ofícios objetivando cumprir as cotidianas demandas que se apresentam no CAO.

Agregue-se o recebimento de intimações em processos propostos por Colegas do interior, que tramitam nesta Capital, cujo acompanhamento, quando solicitado, também foi efetuado em todos os casos.

Visando à representação do Ministério Público do Paraná, a equipe do CAO participou, dentre outros, dos eventos, alguns ora elencados seguir.

***fevereiro**

- Participação em curso capacitação conselheiros municipais de saúde (Curitiba e RMC) - CONTROLE SOCIAL E FINANCIAMENTO DO SUS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES.

***março**

- Participação em reunião urgente a respeito do risco de encerramento/suspensão total ou parcial dos serviços de saúde prestados pela Associação Beneficente de Saúde do Oeste do Paraná na 20ª Regional de Saúde, em Toledo (Dra. Andreia);
- Participação em reunião ordinária referente ao Curso de Aperfeiçoamento em Política e Gestão da Saúde Pública para o Ministério Público (ENSP/FIOCRUZ), no Rio de Janeiro;
- Participação em curso no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo;
- Participação em reunião do CRESEMS, em Fazenda Rio Grande.

***abril**

- Participação em vistoria nas unidades de saúde e no Hospital Regional do Litoral, e em reunião com a rede de saúde municipal e estadual, promovido pelo MP local, em Paranaguá;
- Participação em audiência pública sobre alcoolismo, em Mallet;
- Participação em reunião de trabalho do Conselho Nacional de Justiça, em Maringá e Umuarama;
- Participação em audiência pública do CNMP, em Brasília;
- Participação em reunião com Promotores de Justiça, Prefeitos e Secretários de Saúde dos Municípios de abrangência da 18ª Regional de Saúde, sobre o combate a dengue e suas legalidades, em Cornélio Procópio.

***maio**

- Participação em reunião de trabalho da COPEDS (CNP/GNDH), em Salvador;
- Acompanhamento do Curso de Aperfeiçoamento em Política e Gestão da Saúde Pública para o Ministério Público, na Fiocruz (Escola Nacional de Saúde Pública), no Rio de Janeiro.

***junho**

- Participação no encerramento do Curso de Aperfeiçoamento em Política e Gestão da Saúde Pública para o Ministério Público, na Fiocruz (Escola Nacional de Saúde Pública), no Rio de Janeiro;
- Participação em Reuniões do Comitê Executivo da Saúde, promovidas pelo CNJ, em Guarapuava e Ponta Grossa;
- Participação em reuniões de apresentação e implantação do Sistema PROTEGE, do Ministério Público, e, na sequência, reuniões com os Colegas locais sobre saúde pública, em União da Vitória e Irati;
- Participação em reunião de apresentação e implantação do Sistema PROTEGE, do Ministério Público, em Paranaguá
- Participação, proferindo a palestra "Internações em caso de uso de drogas: limites à intervenção judicial", na Semana Estadual de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas - PREVIDA.

***julho**

- Participação em reuniões de apresentação e implantação do Sistema PROTEGE, do Ministério Público, em Apucarana;
- Participação em reunião de apresentação e implantação do Sistema PROTEGE, do Ministério Público, em Apucarana.

***agosto**

- Participação em visita ao Hospital Regional do Litoral Lucy Requião de Mello e Silva e reunião com o Promotor de Justiça de Antonina para apresentação do Sistema PROTEGE, em Paranaguá;
- Participação em reunião de apresentação e implantação do Sistema PROTEGE, do Ministério Público, em Ponta Grossa;
- Participação em reunião de apresentação e implantação do Sistema PROTEGE, do Ministério Público, em Uraí;
- Participação em reunião de apresentação e implantação do Sistema PROTEGE, do Ministério Público, em Londrina;
- Participação em reunião de apresentação e implantação do Sistema PROTEGE, do Ministério Público, em Cianorte;
- Participação em reunião de apresentação e implantação do Sistema PROTEGE, do Ministério Público, em Cidade Gaúcha;
- Participação em reunião de apresentação e implantação do Sistema PROTEGE, do Ministério Público, em Umuarama;
- Participação em reunião de apresentação e implantação do Sistema PROTEGE, do Ministério Público, em Toledo;
- Participação em reunião de apresentação e implantação do Sistema PROTEGE, do Ministério Público, em Assis Chateaubriand.

***setembro**

- Participação em reunião de trabalho com o promotor de Justiça da Comarca de Toledo, bem como de Reuniões do Comitê Executivo da Saúde, promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça, em Cascavel e Foz do Iguaçu
- Audiência Pública sobre COAP na Câmara de Deputados, em Brasília;
- Participação em Reuniões do Comitê Executivo da Saúde, promovidas pelo CNJ, em Cascavel e Foz do Iguaçu;

- Participação em Reuniões do Comitê Executivo da Saúde, promovidas pelo CNJ, em Irati

- Participação em reunião de apresentação e implantação do Sistema PROTEGE, do Ministério Público, em Santo Antônio do Sudoeste;

- Participação em reunião de apresentação e implantação do Sistema PROTEGE, do Ministério Público, em Francisco Beltrão;

- Participação em reunião de apresentação e implantação do Sistema PROTEGE, do Ministério Público, em Guarapuava;

- Participação em reunião de apresentação e implantação do Sistema PROTEGE, do Ministério Público, em Pato Branco;

- Participação em reunião de apresentação e implantação do Sistema PROTEGE, do Ministério Público, em Prudentópolis.

***outubro**

- Participação em reuniões de trabalho para apresentação do Sistema PROTEGE, deste Ministério Público, em Paranavaí;

- Participação em reuniões de trabalho para apresentação do Sistema PROTEGE, deste Ministério Público, em Maringá;

- Ministrou aula "Papel do MP na defesa da saúde", na Pós-Graduação *lato sensu* em direito médico da Unicuritiba.

***novembro**

- Participação em reunião de trabalho na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), no Rio de Janeiro;

- Participação como expositor no Seminário sobre a PEC 55, promovido pela Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), no Rio de Janeiro;

- Participação em reunião de trabalho da COPEDS (CNPGE/GNDH), em Salvador;

- Participação em Reunião do Comitê Executivo da Saúde, promovidas pelo CNJ, em Francisco Beltrão;

- Participação em Reunião do Comitê Executivo da Saúde, promovidas pelo CNJ, em Pato Branco.

***dezembro**

- Participação em reuniões de trabalho para apresentação do Sistema PROTEGE (internação psiquiátrica involuntária), deste Ministério Público, em Cascavel;
- Participação em reuniões de trabalho para apresentação do Sistema PROTEGE (internação psiquiátrica involuntária), deste Ministério Público, em Ubatatã;
- Participação em reuniões de trabalho para apresentação do Sistema PROTEGE (internação psiquiátrica involuntária), deste Ministério Público, em Foz do Iguaçu

Sendo o que se apresentava, ratifico a Vossa Excelência, nesta oportunidade, a garantia de minha elevada consideração e respeito.

MARCO ANTONIO TEIXEIRA

Procurador de Justiça